

FMI e Bird pedem pressa

QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1989

no Plano Brady

MOISÉS RABINOVICI
Correspondente

WASHINGTON — O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) decidiram agir com urgência para colocar em prática o programa de redução da dívida externa proposto pelos Estados Unidos. Para o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, "quanto mais rápido melhor", porque, na sua opinião, nada é pior do que a incerteza no mercado financeiro. Barber Conable, presidente do Bird, adiantou que o banco está pronto para participar do desenvolvimento e implementação do plano de ação.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, partiu de Washington convencido de que o Brasil poderá entrar no processo de redução da dívida no próximo semestre. E cortar, até 1991, cerca de US\$ 41 bilhões dos US\$ 82 bilhões que deve aos bancos comerciais.

A vitória do governo norte-americano nas duas mais poderosas instituições oficiais de crédito, porém, não foi total. O ministro inglês das Finanças, Nigel Lawson, conseguiu bloquear a proposta de redução do pagamento de juros da dívida. Seu argumento era de que ela poderia abrir caminho para transferência do risco do setor privado para o público. O comitê interino do FMI decidiu reexaminá-la.

Camdessus recusou-se a antecipar quanto vai destinar ao

plano de redução da dívida. A Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos estima que poderá ser um total de US\$ 25 bilhões; com o Bird. Ele também disse, ontem, ao apresentar o comunicado final da reunião de primavera das duas instituições, que as próximas renegociações de dívida, como a do México e a da Venezuela, já deverão considerar os "novos acontecimentos".

Quem apresentou à imprensa o comunicado do comitê interino do FMI foi o ministro holandês da Fazenda, Onno Ruding. Ele resistiu a série de perguntas sobre o valor provável de redução da dívida e explicou que cada país será um caso à parte.

O comunicado do comitê interino recomenda aos países industriais que se esforcem para obter crescimento econômico e taxa baixa de inflação, porque assim "podem contribuir para melhorar a situação da dívida". Os países devedores, continua o documento, devem promover reformas de política econômica orientadas ao crescimento e à melhoria do clima de investimentos.

REFORMA ECONÔMICA

"O comitê solicitou à diretoria executiva que considere, com urgência, os problemas e as medidas que as propostas (de redução da dívida) formuladas implicam", diz o comunicado. E acrescenta: "O comitê decidiu que o fundo deve conceder recursos em quantidades apropriadas aos países-membros,

para facilitar as operações de redução da dívida nos países que empreendam reformas econômicas sólidas". Com as restrições inglesas aos cortes no pagamento de juros, o comitê optou por "examinar a questão da concessão de recursos para uma garantia limitada ao pagamento de juros nas transações que impliquem redução considerável da dívida ou do serviço da dívida".

O comunicado procura esclarecer, mais uma vez, que os credores oficiais não vão substituir os privados, e que a participação financeira do fundo nas operações de alívio da dívida deve ser acompanhada de "firme respaldo financeiro, inclusive novos créditos, dos bancos comerciais".

SUGESTÕES DE CONABLE

Conable apresentou ao comitê interino do FMI um plano, com base em cinco itens, para pôr em ação o Plano Brady. Para ele, o processo de redução da dívida deve premiar e encorajar os países cujas reformas econômicas produziram investimento e crescimento; o plano deve ser flexível o suficiente para alcançar grande número de países em desenvolvimento; deve haver exigência de recursos externos disponíveis substanciais; a estratégia em relação ao endividamento com os bancos comerciais precisa continuar a ser processo orientado pelo mercado e precisa acelerar o retorno à credibilidade, reduzindo a incerteza financeira.